

# **Economia Brasileira**

## **Curso DSc - BNDES**

### **Parte 5**

#### **O Segundo Governo FHC**

Mudança no Regime Cambial  
Mudança na Política Fiscal

#### **O Governo Lula**

#### **O Momento Atual**

# A Crise de 1999

- O elevado déficit em conta corrente ao final de 1998 associado a uma maior aversão ao risco no mercado internacional de capitais, após a crise asiática e a moratória russa, fizeram com que o risco e a expectativa de desvalorização do real aumentassem muito, ocasionando uma grande fuga de capitais.
- As reservas do Banco Central reduziram-se de US\$ 75 bilhões, em agosto de 1998, para US\$ 40 bilhões, em dezembro do mesmo ano.

# A Crise de 1999

- Apesar da situação parecer insustentável, principalmente após a moratória de dívida externa do Estado de Minas Gerais, o presidente do Bacen, Gustavo Franco, ainda era contrário à mudança do regime cambial.
- Franco foi substituído no início de janeiro por Francisco Lopes e, em 14 de janeiro, o Banco Central permitiu a flutuação da taxa de câmbio.
- Um dia antes, o Bacen já havia alargado a banda de flutuação, mas imediatamente a taxa de câmbio atingiu o teto da banda.

# A Crise de 1999

- A taxa de câmbio se desvalorizou muito, chegando a valer 2,17 no final do mês de janeiro.
- O Bacen parecia não ter qualquer controle sobre o processo. Como, além disso, surgiram indícios de improbidades na gestão do Bacen, Francisco Lopes acabou sendo substituído por Armínio Fraga.
- A primeira medida de Fraga foi elevar a Selic para 45% a.a., com o intuito de aumentar o “custo de carregamento” de moeda estrangeira. A medida surtiu efeito e a taxa de câmbio fechou o ano em 1,84, com tendência de queda.

# A Crise de 1999

- A desvalorização aumentou consideravelmente a dívida pública, pois 30% dela estava atrelada ao câmbio (correção cambial).
- A desvalorização teve o impacto indesejável que se esperava sobre a taxa de inflação, que fechou o ano em 8,94%.
- A elevação da taxa de juros acabou tendo vários efeitos, já esperados.
  - Evitou uma desvalorização maior.
  - Evitou um repasse maior aos preços domésticos.
  - Contribuiu para uma taxa de crescimento em 1999 praticamente igual a zero.

# O 2º Governo FHC

- Sem o câmbio como “âncora” para os preços, o Bacen adota o sistema de metas de inflação.
  - Metas para o IPCA “cheio”, quando, todos os países que utilizam esse sistema, utilizam alguma medida de núcleo de inflação; O medo do Bacen era criar um novo regime monetário que já nascesse sem credibilidade.
- A partir de 1999 tivemos uma profunda reversão no resultado fiscal, com a geração de superávits primários.
- Logo, a partir de 1999, nossa combinação de política econômica passou a ser baseada no tripé:
  - Metas para a inflação
  - Superávits primários
  - Câmbio flexível

# O 2º Governo FHC

- Em 2000, após a desvalorização do câmbio, as taxas de juros começam a cair. Os dois fatores fazem com que a economia se recupere e feche o ano com 4,3% de crescimento.
- Esperava-se uma taxa parecida para 2001, mas a crise de energia elétrica (choque adverso de oferta) acabou com essa pretensão e a economia fechou o ano com uma taxa de crescimento pouco superior a 1%.

# O 2º Governo FHC

- Em 2002, novamente esperava-se um crescimento robusto. Entretanto, quando Lula mostrou força na corrida eleitoral (maio), o temor pelo não pagamento da dívida externa, taxaço à remessa de lucros, ...), fez com que a taxa de câmbio atingisse o patamar de 3,85, fazendo com que o Bacen elevasse a taxa de juros.
- Novamente tivemos um efeito adverso sobre a taxa de crescimento, inferior a esperada, para os anos de 2002 e 2003.

# O Governo Lula

- Lula assume e dá mostras de que a política econômica e as “regras do jogo” serão mantidas.
- Termina a pressão sobre o câmbio e sobre a taxa de inflação (após três aumentos da Selic em 2003). Com isso o Bacen começa a reduzir rapidamente a taxa de juros.

# O Governo Lula

- O novo cenário combinava a consolidação da estabilidade de preços com taxas de juros mais baixas, câmbio mais desvalorizado, forte crescimento da economia mundial (a partir de 2004) e elevação dos preços das *commodities*. Isso acabou fazendo com que a economia brasileira sustentasse taxas de crescimento mais significativas no período 2004-2008.
- Além disso, os elevados superávits na balança comercial acabaram por gerar superávits em conta corrente, que associados a forte entrada de capitais, permitiram ao Governo Brasileiro tornar-se credor líquido em moeda estrangeira (tanto pela redução da dívida bruta quanto pelo acúmulo de reservas internacionais).
- **Antes de extrairmos algumas conclusões sobre o período recente, vamos analisar de forma mais específica o comportamento da política fiscal.**

# Política Fiscal

- **1980 – 1993:**
  - Contexto de desordem das contas públicas e de déficit operacional artificialmente reprimido pela elevada taxa de inflação.
  - A partir de 1991 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo central.
  - A partir de 1995 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “abaixo da linha” do governo central, estados e municípios e empresas estatais.

# Política Fiscal

- **Fatos marcantes a partir da década de 90**
  - a privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário das mesmas;
  - a venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais;
  - o Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis reais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.);

# Política Fiscal

- a realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula;
- a renegociação das dívidas estaduais em 1997-1998, processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999;
- a adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas **desde então**, a partir de 1999;

Como veremos, em tempos recentes, houve uma flexibilização desse resultado.

# Política Fiscal

- as medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes; e
- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais, fruto de uma reflexão acerca da importância de definir regras formais como parte de uma abordagem fiscal baseada na definição de novas instituições.

# Política Fiscal

## ▪ O Período FHC (1995-1998)

- Os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”. Com efeito, o resultado primário consolidado do setor público que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros, já expressas em termos nominais de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época.
- Nesse contexto, a dívida líquida do setor público (DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois.

# Política Fiscal

- **O Período FHC (1999-2002)**
  - Pode ser definido como sendo de “ajuste com endividamento”, após o forte ajuste primário iniciado em 1999.
  - Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo importantes.
  - O expressivo aumento da importância relativa da dívida pública associada à taxa de câmbio e o reconhecimento de passivos contingentes acabaram elevando a dívida pública para perigosos 51% do PIB no final de 2002.7.

# Política Fiscal

## ▪ O Governo Lula (2003-2010)

- Os anos Lula caracterizaram-se por uma fase de “controle do endividamento”, com progressiva redução da importância relativa do endividamento público.
- Cabe salientar que o ajuste fiscal iniciado em 1999 foi fortemente concentrado em aumento da carga tributária (tributos cumulativos).
- Durante esse período, os gastos correntes do governo aumentaram consideravelmente e o investimento não.

# O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- O crescimento médio da economia Brasileira no período 2003-2008 foi de 4,2%.
- Durante o período a nossa taxa de crescimento foi menor do que a taxa média de crescimento dos países emergentes.

## Taxas de Crescimento do PIB

Período	Mundo	Economias Desenvolvidas	Economias em Desenvolvimento	América Latina e Caribe	Brasil
1995 - 2002	3.47	2.88	4.24	2.21	2.46
2003 - 2008	4.78	2.34	7.41	4.71	4.21
2009	-0.05	-3.41	2.97	-1.25	-0.13
2010	5.41	3.08	7.42	6.05	7.53
2011 - 2015	3.49	1.56	5.01	2.45	1.02

Fonte: WEO - IMF

# O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A crise do *subprime* provocou a pior recessão mundial desde a 2ª guerra mundial.
  - A taxa de crescimento da economia mundial anualizada em 2008-4 foi de -5,7% e em 2009-1 foi de -6,3%.
  - A trajetória é a mesma para os emergentes (com uma desaceleração, um pouco mais suave).
  - O PIB Brasileiro encolheu 0,33% em 2009.
  - A política anticíclica (expansão fiscal e redução da taxa de juros) foi importante para amenizar a queda do PIB, que se recuperou rapidamente, crescendo 7,5% em 2010.

# O Brasil e a Crise Financeira de 2008

- A partir de 2010 (notadamente a partir de 2012), a insistência em estimular a economia através das políticas fiscal e monetária (demanda), sem a contrapartida da expansão do produto potencial, acabou gerando uma série de desequilíbrios macroeconômicos.
  - Elevado déficit fiscal.
  - Elevação da taxa de inflação.
  - Elevado déficit em conta corrente (excesso de absorção).
- **Principal Consequência:** maior recessão do Brasil, considerando toda nossa série histórica para o PIB.
  - Crescimento de 0,1% em 2014, -3,88% em 2015 e expectativa (junho de 2016) de -3,86% para 2016 e 0,5% em 2017.
  - Estimativa (1º trimestre de 2016 - IPEA) de um hiato do produto de 6,4%.

# O Governo Dilma

- Em 1º de janeiro de 2011 Dilma Rousseff assume a presidência.
- Uma frase de Dilma, de novembro de 2005, quando ela ocupava a chefia da Casa Civil, é exemplar para mostrar o que estaria por vir.
- Na discussão sobre a proposta de Palocci e Paulo Bernardo, com o apoio de Delfim Netto, de zerar o déficit público, Dilma declarou que tratava-se de “...uma proposta rudimentar...”, pois “gasto é vida”...
- Certamente essa ideia está por trás da nova matriz macroeconômica, política econômica oficializada através de um documento publicado pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2012, intitulado “Economia Brasileira em Perspectiva”.

# O Governo Dilma

- Mesmo com os dados apontando para a quase inexistência de capacidade ociosa, baixo crescimento do produto potencial, inflação pressionada, e salários crescendo acima da produtividade, a NMM consistia em tentar estimular o crescimento via aumentos da demanda:
  - Redução (“na marra”) da taxa básica de juros e expansão desordenada do crédito público.
  - Desvalorização forçada da taxa de câmbio.
  - Aumento da despesa pública.
  - Redução dos custos de produção, de forma discricionária, via desonerações fiscais, redução do preço da energia elétrica e combustíveis.

# O Ressurgimento do Problema Fiscal

- Superestimação sistemática do crescimento do PIB foi gerando um descrédito nas projeções fiscais apresentadas pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.
- O governo passou a descontar da meta de superávit uma série de investimentos, o que fazia da meta primária uma ficção estatística.
- As autoridades apelaram para a chamada “contabilidade criativa”, gerando valores questionáveis de receita a partir de triangulações contábeis utilizando as empresas estatais.

# O Ressurgimento do Problema Fiscal

- Diversas despesas sociais passaram a ser financiadas, de forma sistemática, pelos bancos públicos, não impactando sobre a DLSP, assim como outras eram lançadas no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) apenas após o fechamento do mês/ano (“pedaladas”).
- Créditos suplementares foram abertos por decreto, sem compatibilidade com a meta fiscal aprovada pelo congresso.

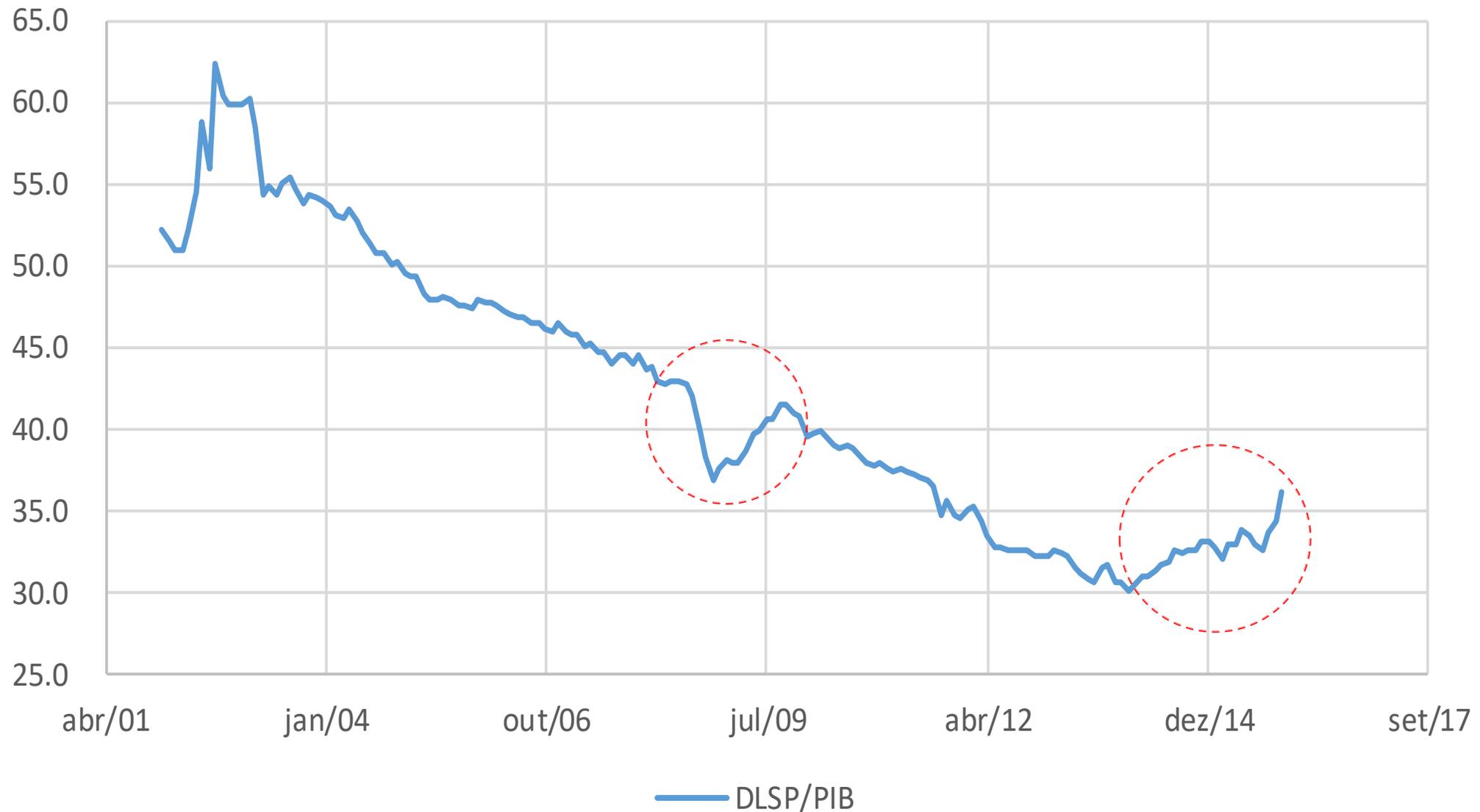
## Taxa de juros diária - Selic - fixada pelo Copom - (% a.a.)



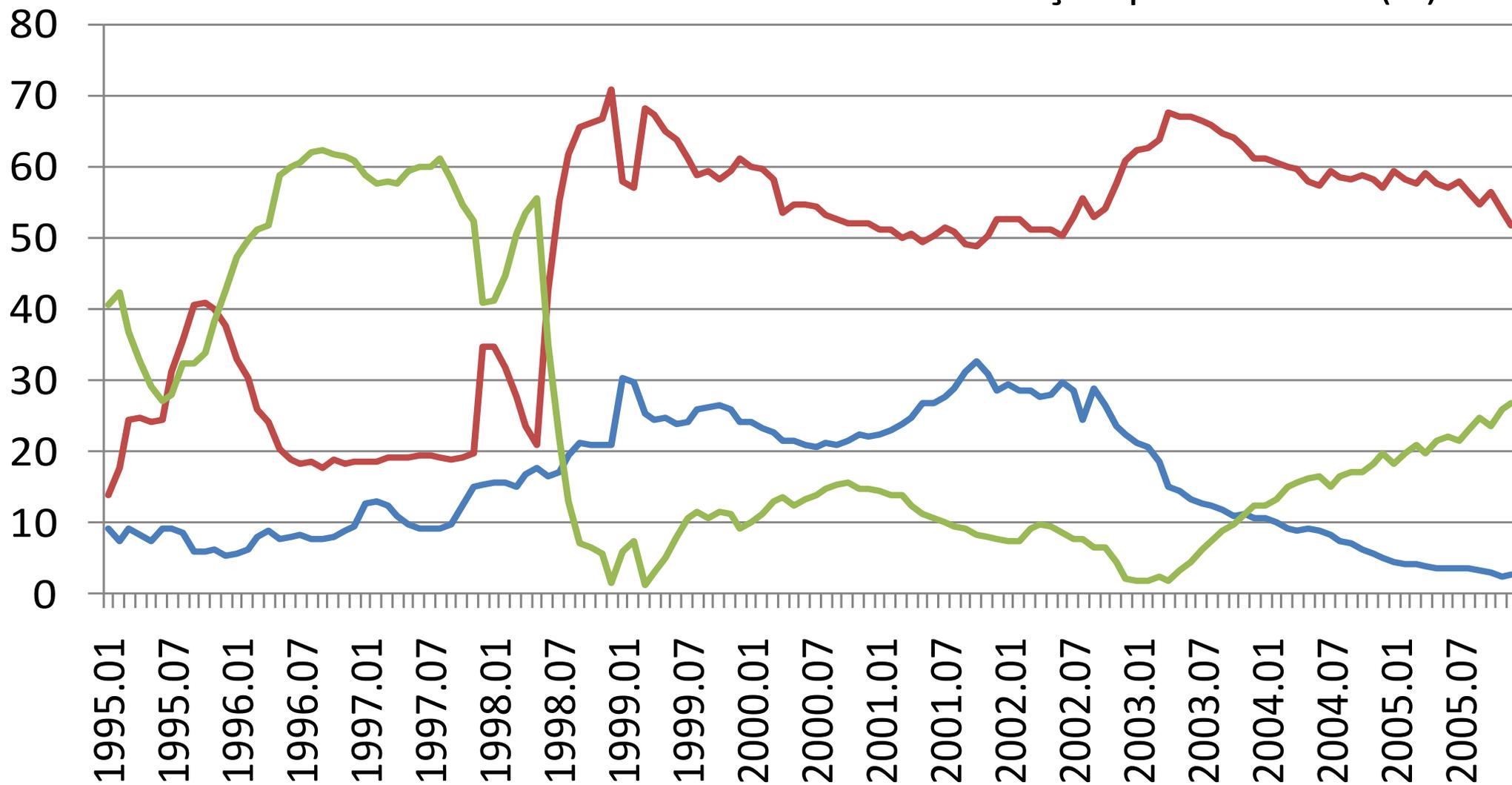
## Resultado Fiscal (% PIB)

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
<b>1985-1989</b>	<b>-0.40</b>	<b>0.10</b>	<b>1.00</b>	<b>0.70</b>	<b>n.d</b>	<b>n.d</b>
<b>1990-1994</b>	<b>1.60</b>	<b>0.60</b>	<b>0.60</b>	<b>2.80</b>	<b>n.d</b>	<b>n.d</b>
<b>1995-1998</b>	<b>0.30</b>	<b>-0.40</b>	<b>-0.10</b>	<b>-0.20</b>	<b>6.00</b>	<b>-6.20</b>
<b>1999-2002</b>	<b>1.90</b>	<b>0.60</b>	<b>0.80</b>	<b>3.30</b>	<b>7.30</b>	<b>-4.00</b>
<b>2003-2006</b>	<b>2.50</b>	<b>0.90</b>	<b>0.70</b>	<b>4.10</b>	<b>7.30</b>	<b>-3.20</b>
<b>2007</b>	<b>2.29</b>	<b>1.15</b>	<b>0.01</b>	<b>3.45</b>	<b>6.40</b>	<b>-2.95</b>
<b>2008</b>	<b>2.35</b>	<b>1.01</b>	<b>0.06</b>	<b>3.42</b>	<b>5.46</b>	<b>-2.04</b>
<b>2009</b>	<b>1.31</b>	<b>0.65</b>	<b>0.04</b>	<b>2.00</b>	<b>5.28</b>	<b>-3.28</b>
<b>2010</b>	<b>2.09</b>	<b>0.55</b>	<b>0.06</b>	<b>2.70</b>	<b>5.18</b>	<b>-2.48</b>
<b>2011</b>	<b>2.25</b>	<b>0.80</b>	<b>0.07</b>	<b>3.12</b>	<b>5.71</b>	<b>-2.59</b>
<b>2012</b>	<b>1.96</b>	<b>0.49</b>	<b>-0.06</b>	<b>2.39</b>	<b>4.86</b>	<b>-2.47</b>
<b>2013</b>	<b>1.55</b>	<b>0.34</b>	<b>-0.01</b>	<b>1.88</b>	<b>5.14</b>	<b>-3.26</b>
<b>2014</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.15</b>	<b>-0.08</b>	<b>-0.63</b>	<b>6.08</b>	<b>-6.71</b>
<b>2015</b>	<b>-1.98</b>	<b>0.16</b>	<b>-0.07</b>	<b>-1.89</b>	<b>8.50</b>	<b>-10.39</b>

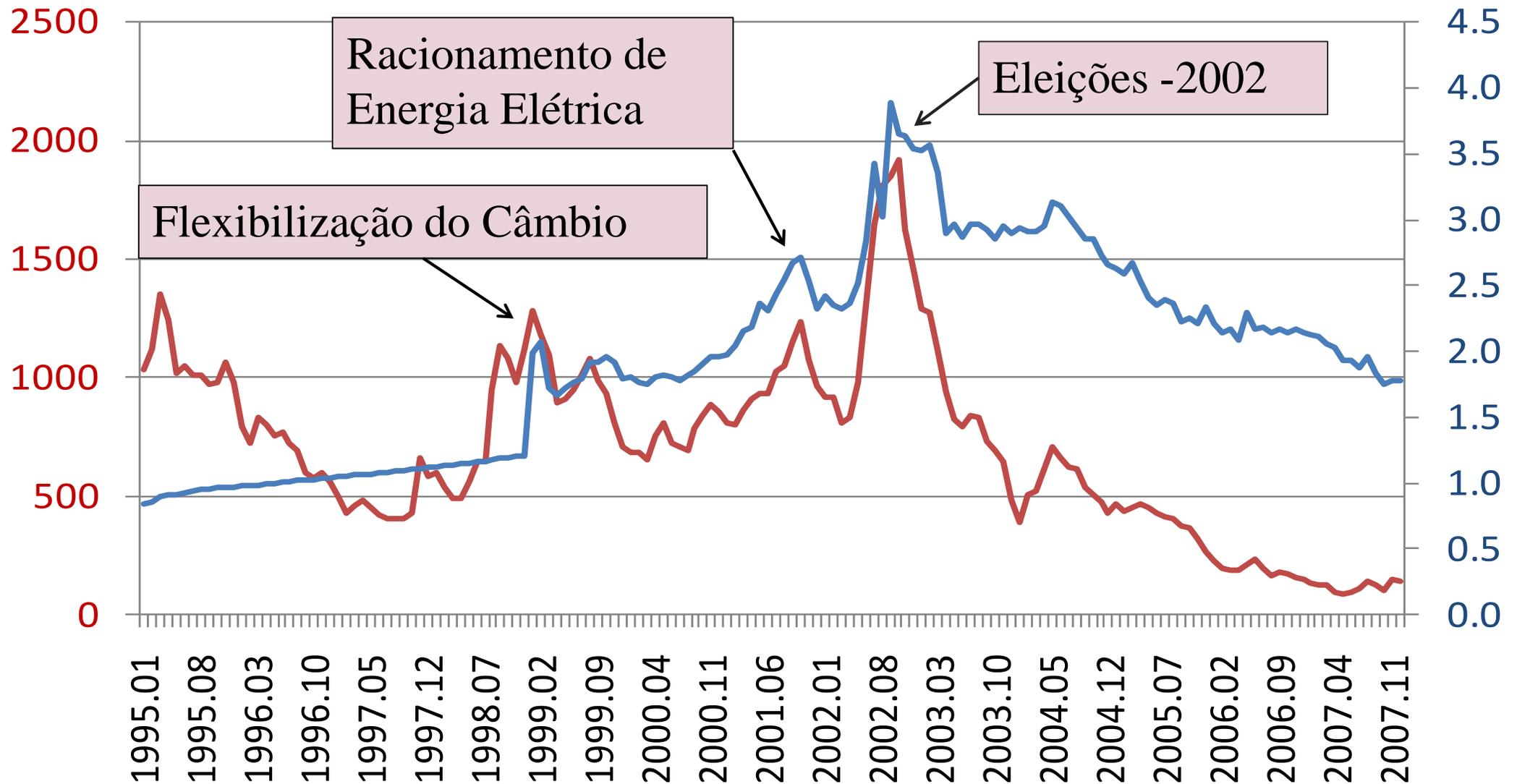
# Brasil : 2002 – 2015 (Dados Mensais)



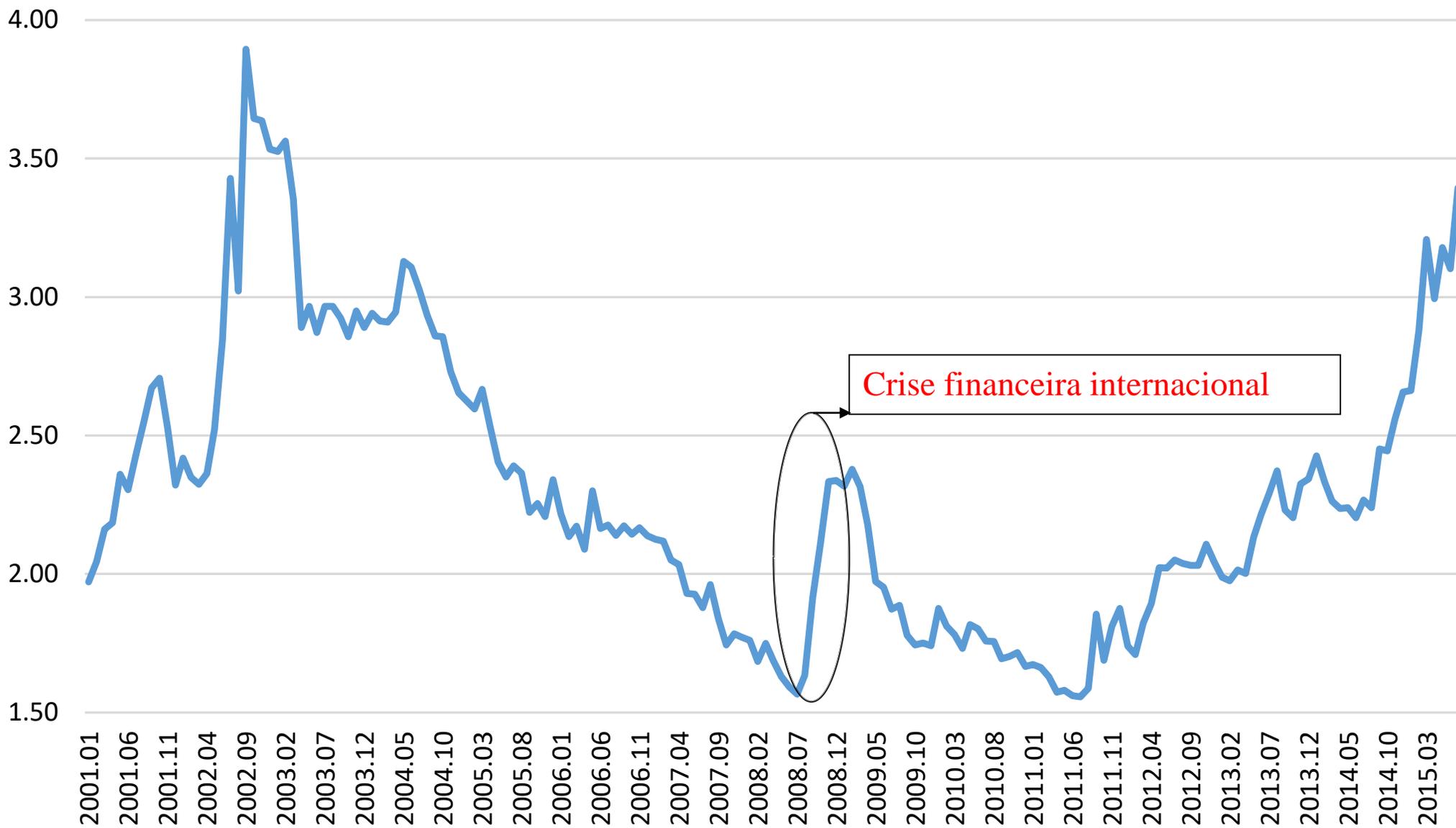
- Títulos - federais - indexados ao câmbio - (%)
- Títulos - federais - indexados à Over / Selic - (%)
- Títulos - federais - indexados a índice de correção pré-fixado - (%)



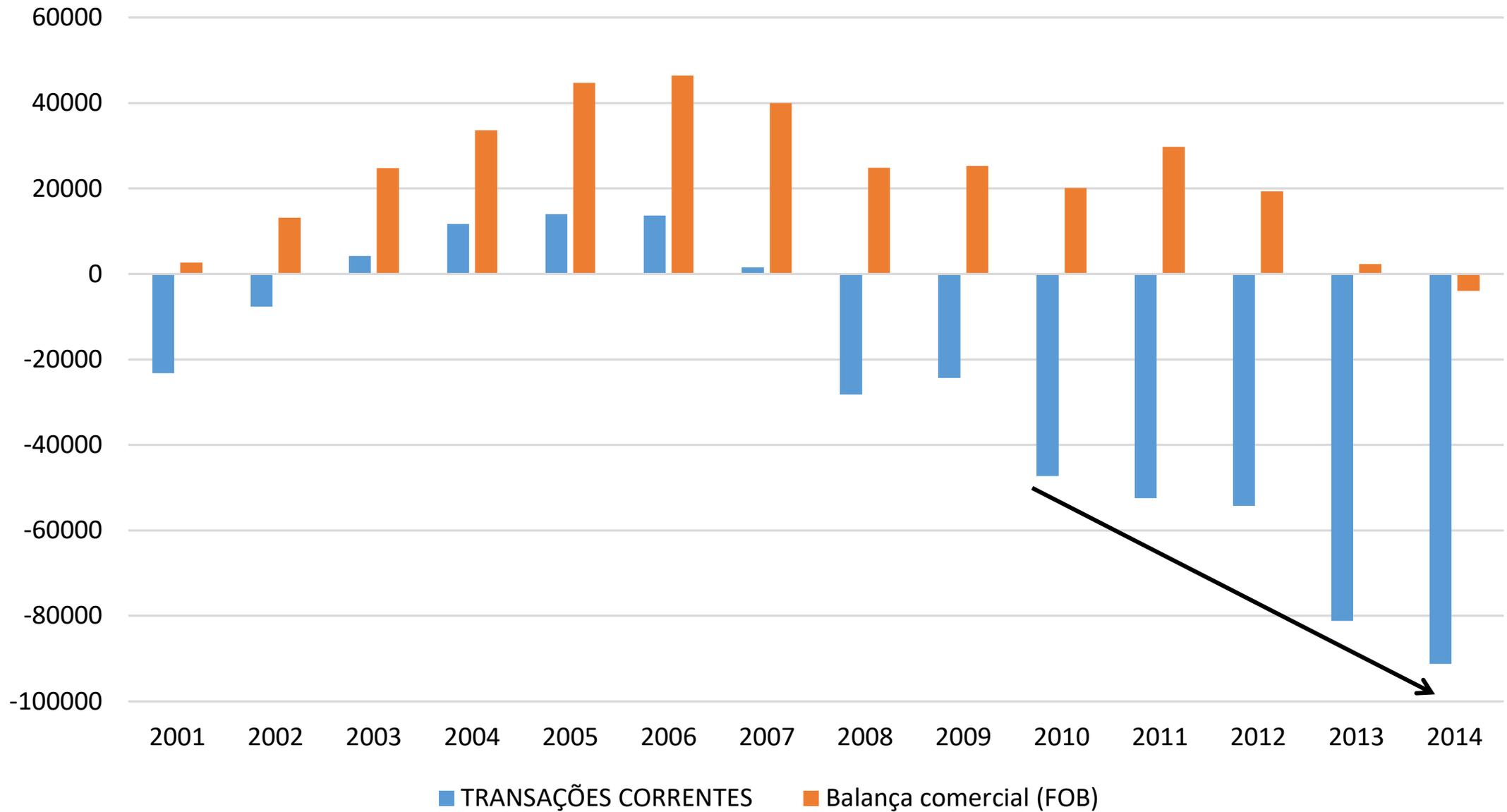
— Risco-País (até 2005-10 , C-Bond - após, Global 40)  
 — Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda - fim período



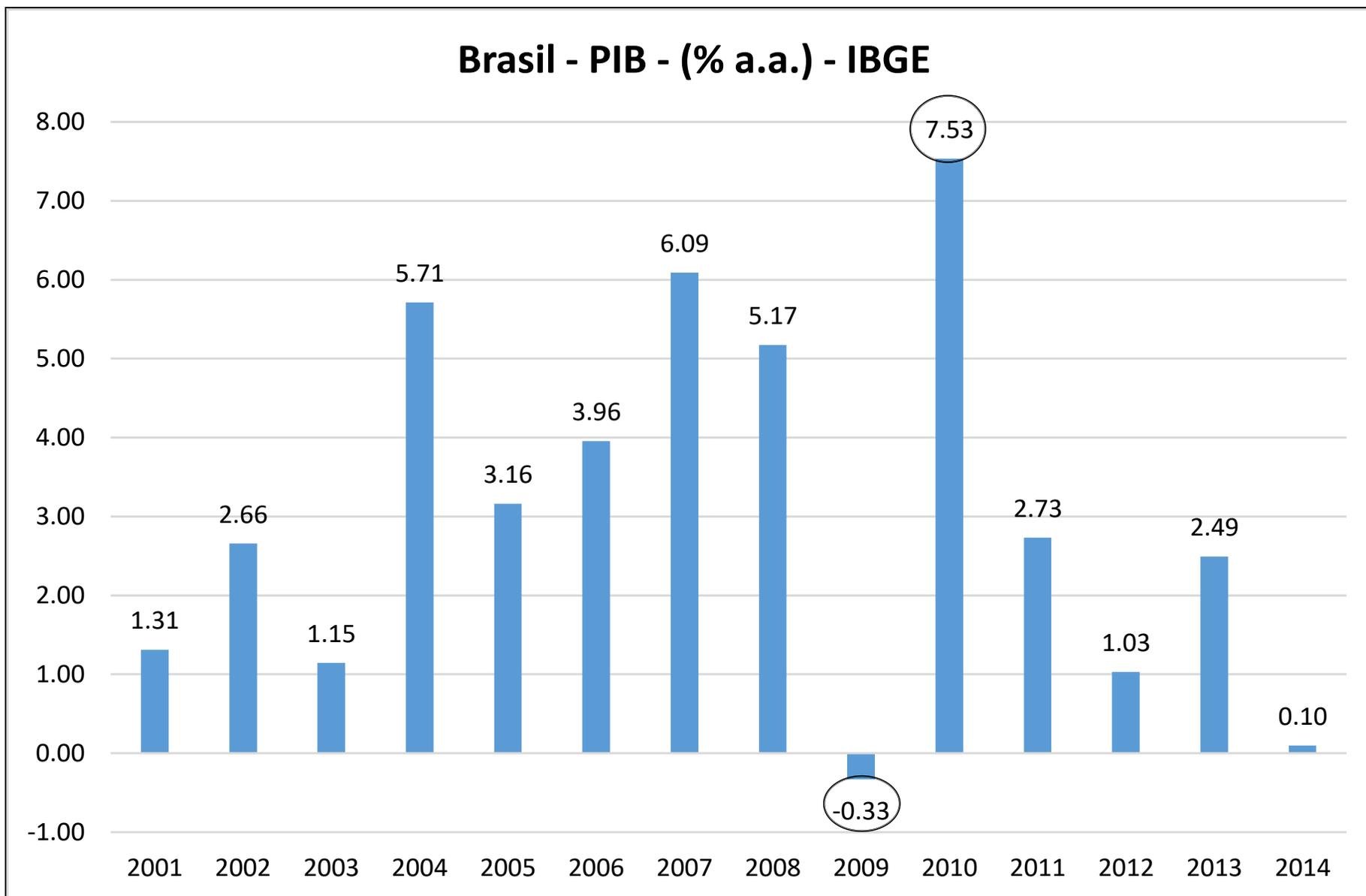
# Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda - fim período - BCB



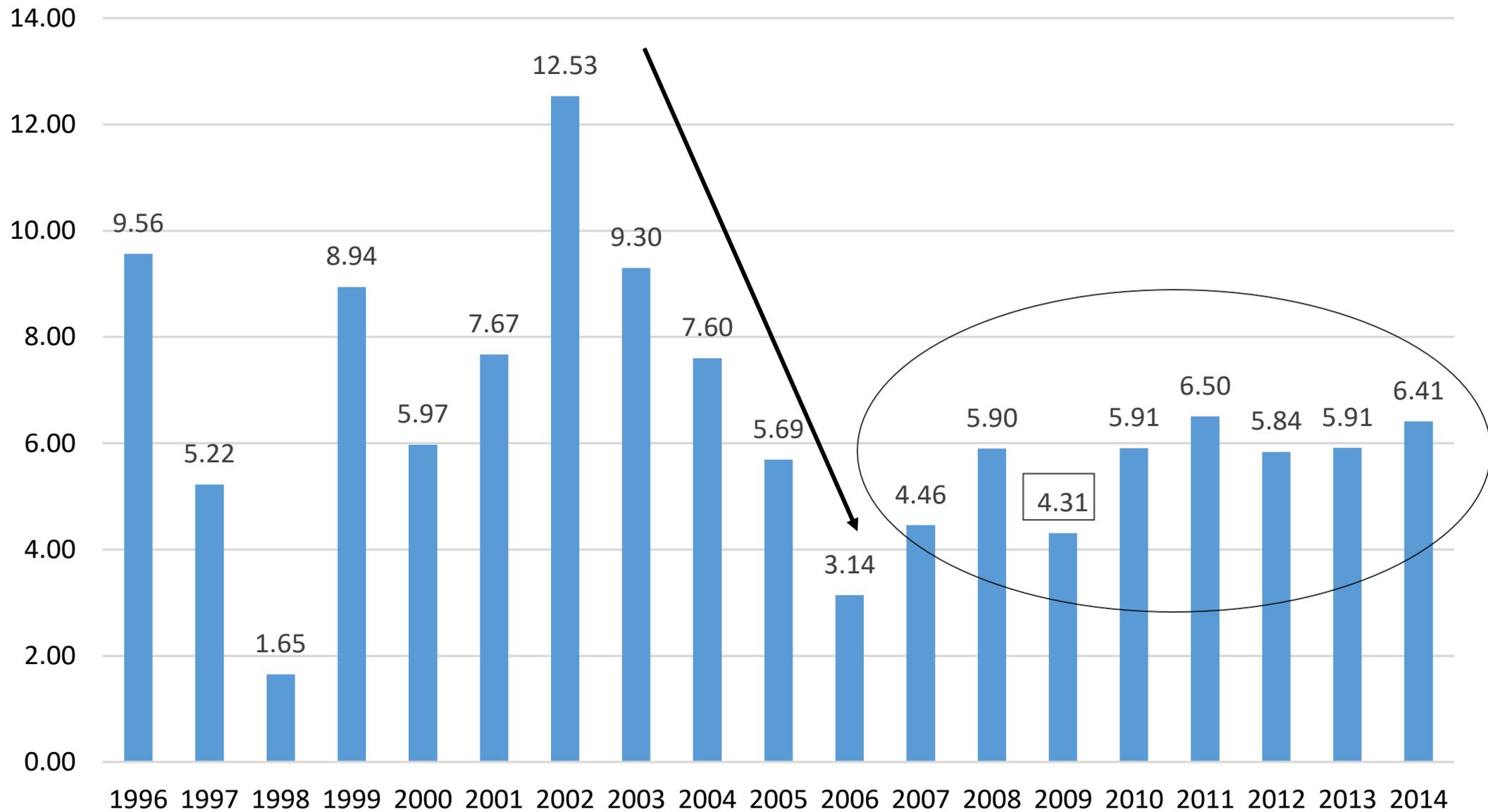
## Brasil - BC e CC - US\$ milhões



# O Esgotamento da Política de Incrementos na Demanda sem a Contrapartida do Aumento da Capacidade de Geração de Oferta



## Inflação - IPCA - (% a.a.) - IBGE



## IPCA mensal anualizado



# Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (P.P.)	Limites (%)	Inflação - IPCA (% a.a.)
1999	Resolução 2.615	30/06/1999	8	2	6 - 10	8,94
2000			6	2	4 - 8	5,97
2001			4	2	2 - 6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/06/2000	3,5	2	1,5 - 5,5	12,53
2003*	Resolução 2.842	28/06/2001	3,25	2	1,25 - 5,25	
	Resolução 2.972	27/06/2002	4	2,5	1,5 - 6,5	9,30
2004*	Resolução 2.972	27/06/2002	3,75	2,5	1,25 - 6,25	
	Resolução 3.108	25/06/2003	5,5	2,5	3 - 8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/06/2003	4,5	2,5	2 - 7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/06/2004	4,5	2,0	2,5 - 6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/06/2005	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/06/2006	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/06/2007	4,5	2,0	2,5 - 6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	01/07/2008	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/06/2009	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/06/2010	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/06/2011	4,5	2,0	2,5 - 6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/06/2012	4,5	2,0	2,5 - 6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/06/2013	4,5	2,0	2,5 - 6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/06/2014	4,5	2,0	2,5 - 6,5	
2017	Resolução 4.419	25/06/2015	4,5	1,5	3 - 6	
2018	Resolução 4.499	30/06/2016	4,5	1,5	3 - 6	

\* A Carta Aberta, de 21/1/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

- **Questões**
  - **Perguntas feitas no início de 2012 (já respondidas)**
  - **Será que após os efeitos da crise financeira internacional o Brasil está abandonando a combinação de política econômica implementada em 1999 ?**
    - “maquiagem” do resultado primário; política fiscal anticíclica e pleno emprego.
    - Taxa de inflação sistematicamente acima do centro da meta (que é elevado) e “inflação de alimentos”.
    - Indefinições sobre a taxa de câmbio.

# Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

## Taxas de Crescimento do PIB

Período	Mundo	Economias Desenvolvidas	Economias em Desenvolvimento	América Latina e Caribe	Brasil
1995 - 2002	3.47	2.88	4.24	2.21	2.46
2003 - 2008	4.78	2.34	7.41	4.71	4.21
2009	-0.05	-3.41	2.97	-1.25	-0.13
2010	5.41	3.08	7.42	6.05	7.53
2011 - 2015	3.49	1.56	5.01	2.45	1.02

Fonte: WEO - IMF

Venezuela e, principalmente o Brasil, evitaram um crescimento maior.

# Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

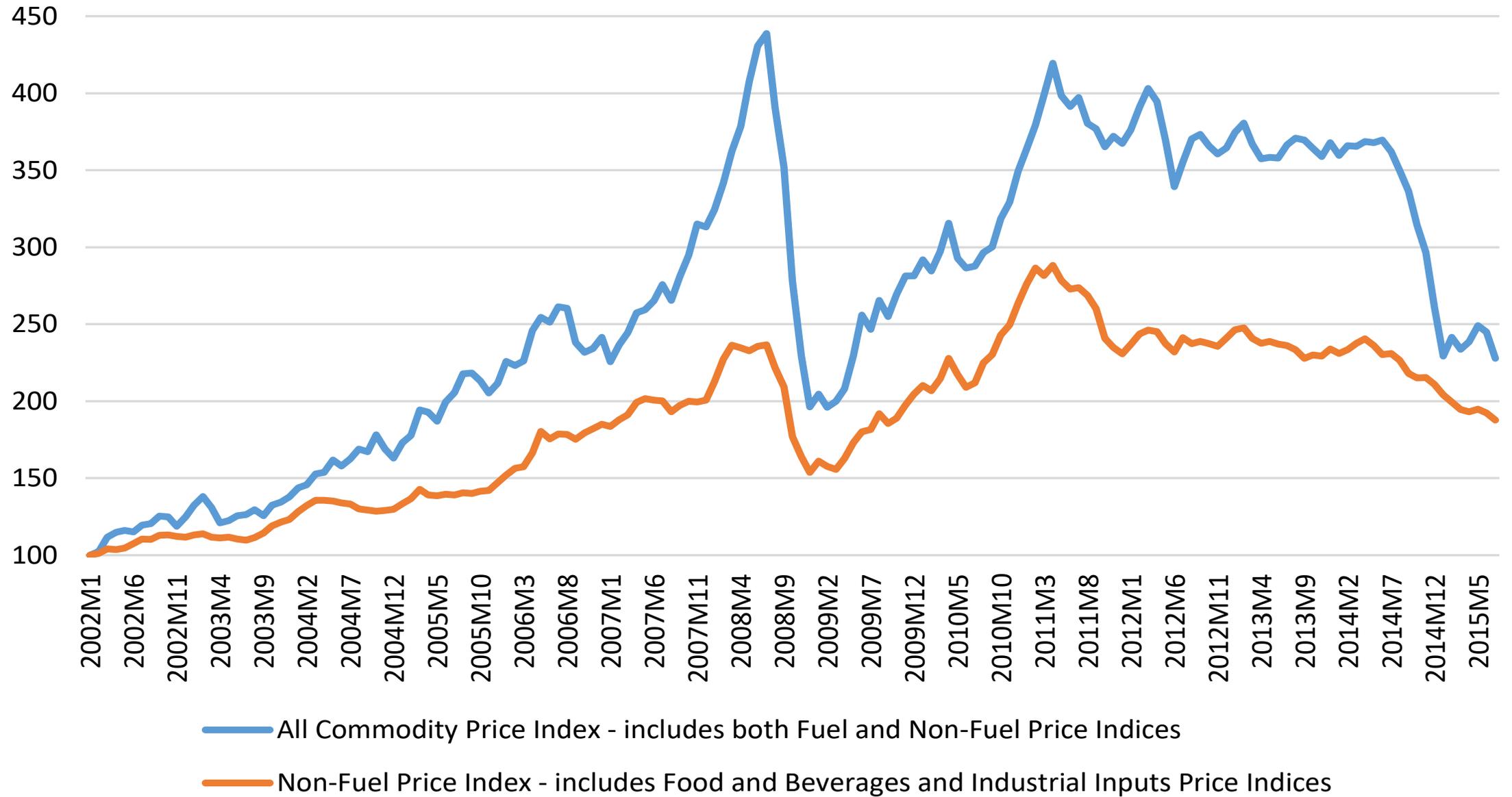
Taxa de Crescimento do PIB								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3.022	-0.051	5.410	4.224	3.463	3.278	3.411	3.090
<b>Economias Avançadas</b>	0.161	-3.408	3.079	1.733	1.203	1.157	1.831	1.879
<b>Economias Avançadas (G7)</b>	-0.251	-3.765	2.843	1.613	1.404	1.171	1.696	1.790
<b>Economias em Desenvolvimento</b>	5.756	2.969	7.424	6.294	5.270	4.914	4.598	3.983
<b>América Latina e Caribe</b>	3.912	-1.246	6.054	4.880	3.166	2.976	1.302	-0.081
<b>Chile</b>	3.247	-1.082	5.749	5.790	5.546	4.031	1.832	2.069
<b>Colômbia</b>	3.547	1.652	3.972	6.590	4.044	4.874	4.386	3.082
<b>Venezuela</b>	5.278	-3.202	-1.489	4.176	5.626	1.343	-3.894	-5.700
<b>Brasil</b>	5.094	-0.126	7.529	3.910	1.915	3.015	0.103	-3.847

Fonte: WEO - IMF

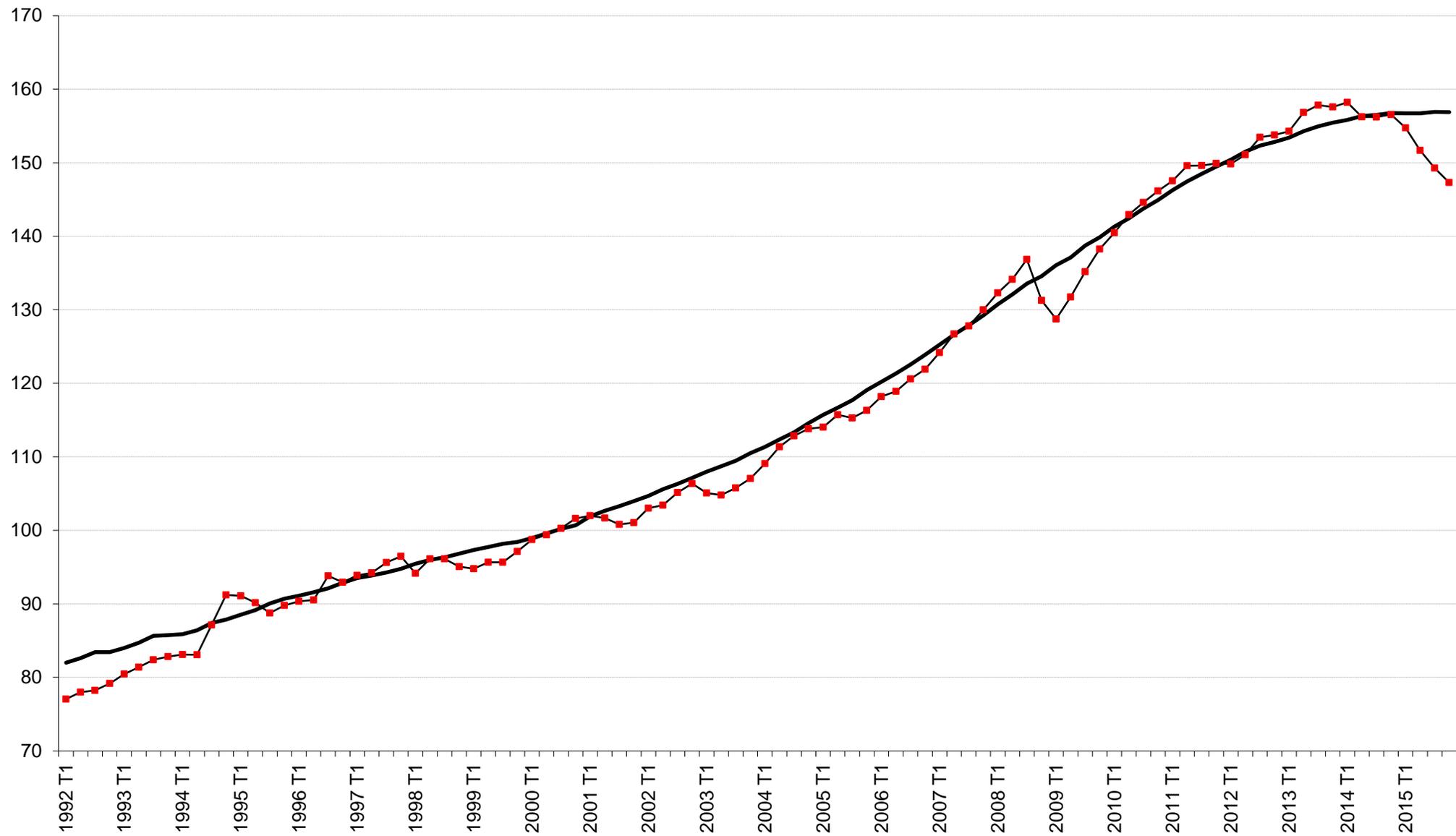
# Mas a Crise é Culpa da Economia Mundial ?

Taxa de Inflação (Índice de Preços do Consumidor)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	4.626	3.270	4.326	4.738	3.962	3.344	2.925	2.894
<b>Economias Avançadas</b>	1.571	1.150	1.848	2.680	1.755	1.272	0.689	0.584
<b>Economias Avançadas (G7)</b>	1.222	1.110	1.608	2.642	1.622	1.307	0.787	0.575
<b>Economias em Desenvolvimento</b>	7.743	5.286	6.591	6.544	5.822	5.023	4.693	4.683
<b>América Latina e Caribe</b>	6.729	3.260	4.969	5.341	4.397	4.543	4.965	6.201
<b>Chile</b>	7.090	-1.507	2.926	4.383	1.433	2.834	4.655	4.405
<b>Colômbia</b>	7.677	2.000	3.176	3.725	2.437	1.932	3.659	6.771
<b>Venezuela</b>	30.900	25.057	25.718	26.774	19.318	60.006	68.540	180.870
<b>Brasil</b>	5.902	4.312	5.909	6.503	5.839	5.911	6.408	10.673
<b>Fonte: WEO - IMF</b>								

## Preços das Commodities - IMF



## Produto Potencial versus PIB Efetivo

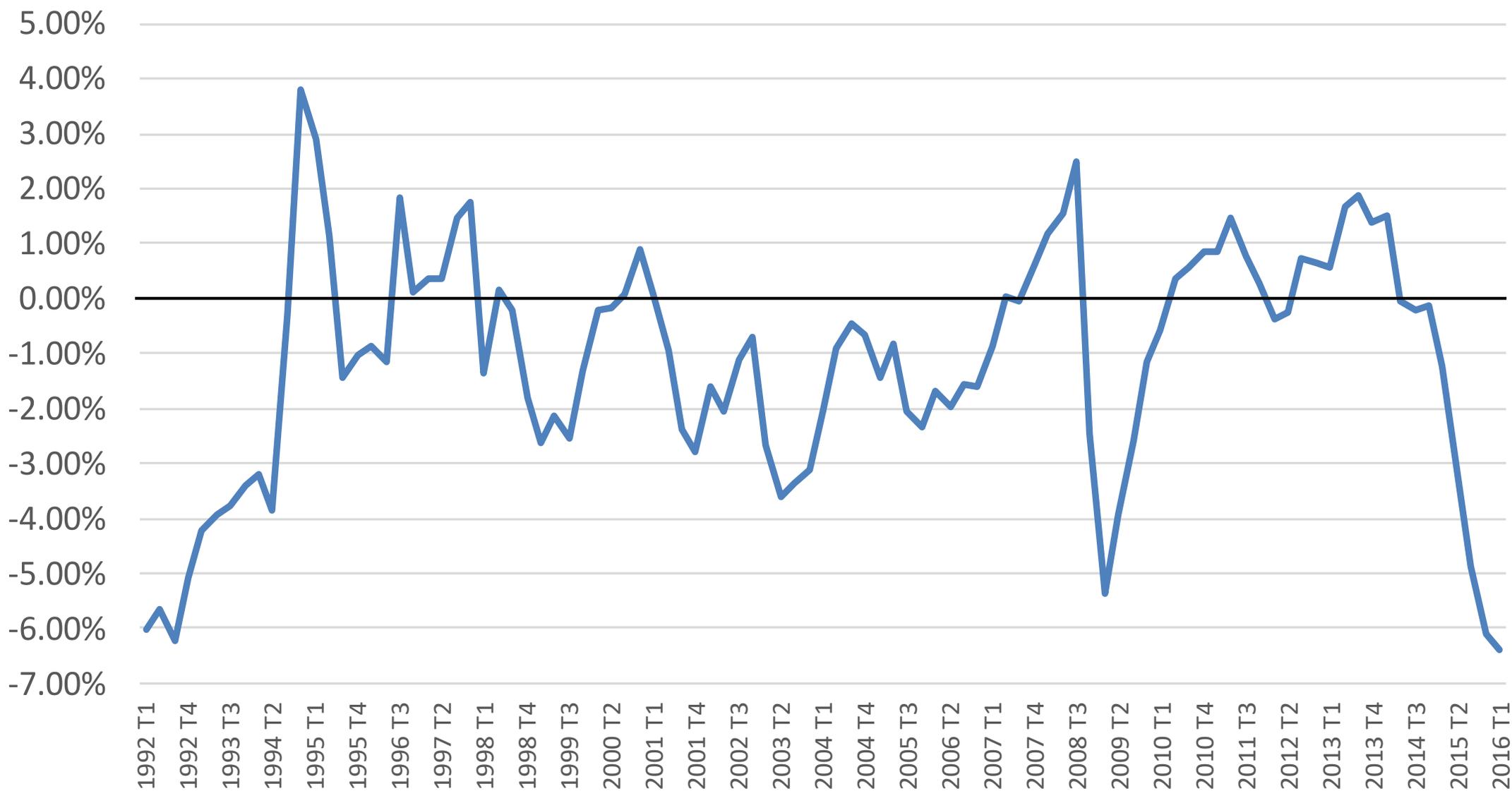


Fonte: IPEA

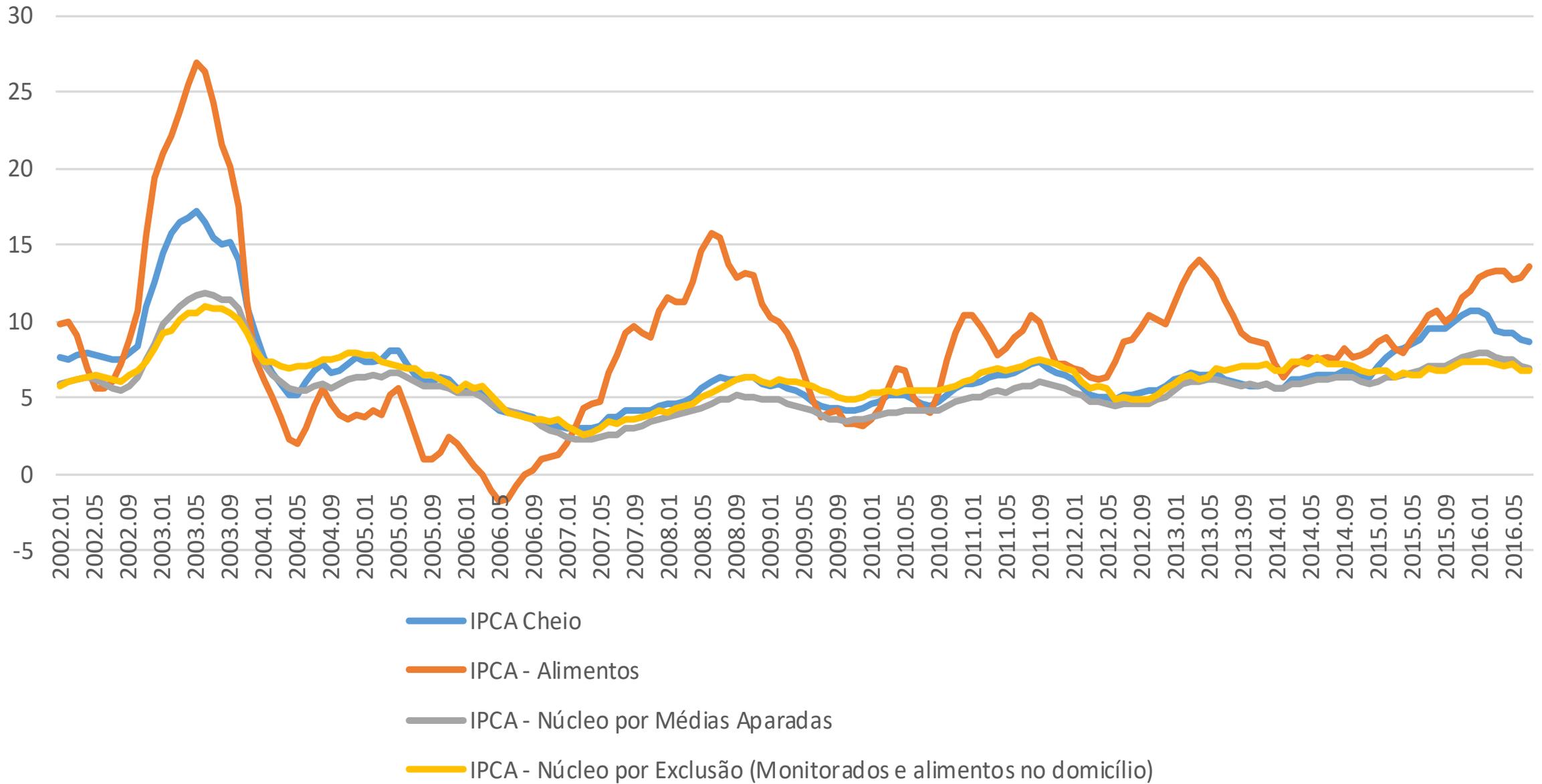
— Produto Potencial

—■ PIB Efetivo com ajuste Sazonal (2000=100)

## Hiato do PIB (PIB trimestral s.a. - PIB potencial)



## IPCA - Var % nos Últimos 12 Meses



# O Governo Dilma

- Os problemas do Governo Dilma Rousseff foram de certo modo consequência da herança de questões inconclusas não abordadas devidamente na gestão de Governo anterior , como as deficiências da infraestrutura, a insuficiência de nosso sistema educacional e o adiamento de uma reforma previdenciária.
- Entretanto, erros decisivos foram cometidos na condução da política econômica (monetária e fiscal), inclusive os que afetaram os setores de energia e petróleo.
- Tudo isso acabou piorado pelo relacionamento conturbado do Executivo com o Legislativo.

## 1) BNDES – Economista – 2011 - 51

No Brasil, vem ocorrendo uma mudança demográfica que poderá causar dificuldades financeiras consideráveis para a previdência social. Essa mudança é o(a)

- a) aumento da taxa de crescimento populacional
- b) aumento da renda média da população com idade entre 20 e 30 anos
- c) aumento do percentual de idosos na população
- d) redução das migrações internas
- e) redução do percentual de mulheres na força de trabalho

## 2) BNDES – Economista – 2011 - 53

Durante os anos 1990, houve mudanças substanciais na economia brasileira. Nos primeiros anos dessa década, em comparação com a sua segunda metade, a(o)

- a) taxa de inflação foi maior.
- b) taxa de juros nominal foi menor.
- c) valor em dólar das importações foi maior.
- d) valor das reservas em divisas estrangeiras foi o mesmo.
- e) *déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos* foi maior.

### 3) BNDES – Economista – 2009 - 52

Qual a política cambial adotada em 1994, logo após a introdução da nova moeda, o Real?

- a) Taxa de câmbio flutuante
- b) Taxa de câmbio fixa
- c) Taxas de câmbio múltiplas e fixas
- d) *Currency board*
- e) Congelamento cambial

#### 4) BNDES – Economista – 2009 - 53

Nos anos imediatamente subsequentes ao Plano Real, houve uma sobrevalorização da moeda brasileira e *déficits* substanciais na conta corrente do balanço de pagamentos, embora o Banco Central acumulasse reservas de divisas internacionais, pois a conta de capital era superavitária. Em 1999, o Brasil mudou seu regime cambial para flutuante, após perdas substanciais das reservas no Banco Central. Esta mudança na situação se deveu ao(à)

- a) aumento da expansão monetária doméstica.
- b) recrudescimento da inflação doméstica.
- c) diminuição do *superávit primário do setor público*.
- d) diminuição da arrecadação fiscal.
- e) crise asiática e russa, mudando a situação da conta de capital brasileira.

## 5) Petrobrás – Economista jr. – 2010 - 60

O Plano Real de combate à inflação, adotado no Brasil na década de 1990,

- a) promoveu, no início de 1994, uma indexação ampla da economia, criando a Unidade Real de Valor (URV).
- b) congelou a taxa de câmbio R\$/US\$ desde o início de 1994, para conter os aumentos de preços.
- c) foi antecedido pelo aumento de gastos do setor público, decorrentes do Plano de Ação Imediata (PAI), de 1993.
- d) baseou-se num congelamento geral de preços e salários durante o ano de 1994.
- e) conduziu a um crescimento do PIB real a taxas sempre acima de 7% a.a., na segunda metade da década de 1990.

## 6) Petrobrás – Economista Jr. – 2010 - 61

O sistema de metas de inflação, para a estabilização permanente da economia brasileira, foi adotado

- a) desde o início de 1994, com o Plano Real.
- b) logo após a desvalorização cambial de 1999.
- c) no início do primeiro governo Lula, em 2002.
- d) na década de 1980, após o Plano Cruzado.
- e) por recomendação do Comitê de Basileia.

## 7) Petrobrás – Economista Jr – 2008 - 62

Na década de 1990, a partir de 1994, o Brasil foi bastante afetado por três crises no mercado financeiro internacional: a do México, em 1994/95, a Asiática (Tailândia, Coreia do Sul, Indonésia e Malásia), em 1997, e a da Rússia, em 1998. Porque o país, nesta ocasião, estava vulnerável às crises externas?

- a) A dívida social impedia o governo de reduzir o *déficit* público.
- b) O setor financeiro doméstico estava vulnerável em termos de ativos "podres".
- c) O processo de democratização não havia ocorrido.
- d) O Brasil adotava um regime cambial rígido e tinha *déficits* vultosos em conta corrente.
- e) O país exportava apenas produtos de baixo valor agregado.

## 8) Petrobrás – Economista – 2005 - 79

O Plano Real constituiu-se na experiência brasileira de âncora cambial. Entre as medidas fiscais inicialmente adotadas, destacam-se:

- a) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- b) implementação da Unidade Real de Valor (URV), criação do Imposto de Renda e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- c) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), do Fundo Social de Emergência (FSE) e elevação dos gastos obrigatórios com educação e habitações.
- d) implementação da Unidade Real de Valor (URV), fixação da taxa de câmbio em 1R\$/US\$ e redução das tarifas alfandegárias.
- e) valorização da taxa cambial, criação de mecanismos modernos de arrecadação e privatização da previdência.

## 9) Petrobrás – Economista – 2005 - 80

A política econômica pós-Real vem sendo caracterizada pela conjugação de uma política de metas:

- a) monetárias, câmbio flutuante e política fiscal expansionista.
- b) monetárias, bandas cambiais e obtenção de déficit nominal zero pela política fiscal.
- c) de inflação, câmbio fixo e equilíbrio orçamentário.
- d) de inflação, câmbio flutuante e déficit primário necessariamente inferior a 3% do PIB.
- e) de inflação, câmbio flutuante e obtenção de superávits primários pela política fiscal.

## 10) Transpetro – Economista – 2011 - 46

Para iniciar o processo de estabilização da economia brasileira no início da década de 90, o governo lançou, em 1993, o Plano de Ação Imediata (PAI) que

- a) congelou a taxa de câmbio.
- b) criou um novo meio de conta, a URV.
- c) determinou cortes nos gastos públicos.
- d) incentivou investimentos na infraestrutura do país.
- e) aumentou, substancialmente, as tarifas alfandegárias.

## 11) BR Distribuidora – Economista – 2012 - 54

Uma das consequências que pode ser atribuída à implementação do Plano Real foi a(o)

- a) expansão de crédito que beneficiou principalmente a indústria exportadora, frente a um câmbio favorável.
- b) expansão significativa da demanda, resultando na queda da inflação devido à redução das taxas de juros.
- c) queda da inflação, ainda que não imediatamente após sua implementação, mas sim de forma mais lenta em relação, por exemplo, ao Plano Cruzado.
- d) valorização cambial, forçando os preços internos a se ajustarem aos internacionais, acomodando, assim, a inflação dos bens *tradeables* e *non-tradeables*.
- e) crescimento significativo da atividade econômica, impulsionado pela elevação dos investimentos, com uma reação negativa da demanda no início do Plano, após sua implementação.

## 12) Bacen – 2010 – Básico - 44

O Plano Real de estabilização da economia brasileira, de 1994, levou inicialmente ao(à)

- a) congelamento geral de preços e salários.
- b) congelamento da taxa de câmbio R\$ / US\$.
- c) estabelecimento de metas de inflação para o Banco Central do Brasil.
- d) valorização do real em relação ao dólar americano.
- e) forte expansão das exportações.

### 13) IM – 2015 – Questão 25

Quanto ao Plano Real, assinale a opção INCORRETA.

- a) O Plano foi concebido e implementado em três etapas: equilíbrio das contas do governo, criação de um padrão estável de valor e emissão de nova moeda com poder aquisitivo real.
- b) Com as medidas adotadas na primeira etapa do Plano Real, o governo pretendia efetuar um ajuste fiscal nas contas públicas.
- c) Na segunda etapa do Plano Real, a Unidade Real de Valor (URV) foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda.
- d) O Plano Real é considerado por diversos analistas como um dos mais bem-sucedidos programas de estabilização do Brasil.
- e) Na fase pós-real, o ambiente econômico tornou-se mais instável e imprevisível, mas a equação básica do crescimento foi solucionada.

## 14) IM – 2016

Estava claro para os condutores da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso que, após o fim da alta da inflação, alguns ajustes estruturais deveriam ser efetuados. No que se refere ao sistema financeiro, com o fim das receitas de FLOAT dos bancos, as ineficiências do setor ficaram expostas. Em tal contexto, entre 1995 e 1997 ocorreram as crises dos bancos econômico, nacional e Bamerindus e, dos estaduais BANERJ e BANESPA. O governo atuou em diversas frentes, dentre elas, instituiu o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER). Sendo assim, assinale a opção que apresenta uma medida adotada para reestruturar o sistema financeiro nacional.

- a) Encampar a maioria dos bancos estaduais, mediante negociação com os governadores.
- b) Dificultar a operação de bancos estrangeiros no país, até que o sistema bancário brasileiro estivesse consolidado.
- c) Manter os requisitos de capital para a constituição de bancos no país.
- d) Favorecer o processo de conglomeração no setor, com menos instituições, porém mais fortes.
- e) Melhorar o monitoramento do nível de risco do sistema, com atuação reguladora do Banco do Brasil, CEF e BACEN.

## 15) BNDES – Economista – 2013 - 62

A resposta da política econômica brasileira à crise mundial de 2008, com seus subsequentes desdobramentos na área do euro, tem sido a de

- a) estimular a economia, monetária e fiscalmente, impedindo uma maior queda da demanda doméstica.
- b) aumentar o *superávit* fiscal do governo, garantindo sua solvência.
- c) realizar uma ampla reforma fiscal, reduzindo o número de impostos.
- d) adotar uma política cambial de valorização do Real, estimulando as exportações.
- e) aprofundar o processo de substituição de importações, aumentando o *superávit* em conta corrente.

## 16) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 5

Indique qual das opções a seguir não fez parte da concepção e implementação do Plano Real.

- a) O programa do Plano foi apresentado com antecedência, sem surpresas e sua implementação foi gradativa e transparente.
- b) Introdução de uma nova moeda sujeita a uma política monetária mais restritiva.
- c) Redução da taxa de juros para fomentar o consumo e evitar a formação de estoques especulativos.**
- d) Um significativo ajuste fiscal composto de aumento de impostos, corte nos gastos públicos e a criação do Fundo Social de Emergência.
- e) Uma âncora cambial, ou seja, câmbio fixo como instrumento para manter a inflação baixa.

## 17) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 6

A partir da crise cambial sofrida pelo Brasil em 1999, um forte ajuste fiscal foi promovido na economia. Fazem parte deste ajuste fiscal uma elevação do superávit primário e a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Indique qual das seguintes opções **não** descreve características deste ajuste fiscal.

- a) As metas de superávit primário foram atingidas nos anos subsequentes, mas a cada ano as metas foram reduzidas, podendo assim ser atingidas com um esforço fiscal cada vez menor.
- b) A maior parte do esforço para atingir as metas de superávit fiscal foi feita pelo Governo Central, com os Governos Regionais contribuindo em menor grau.
- c) Houve um forte aumento da carga tributária.

- d) A promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal de fato obteve êxito em modificar alguns comportamentos fiscais perversos, especialmente em nível subnacional.
- e) Embora o ajuste tenha levado a uma elevação da receita, ele não logrou obter uma redução concomitante dos gastos públicos.

## 18) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 10

Contribuíram diretamente para a queda da desigualdade brasileira a partir de 1993 todos os seguintes determinantes, exceto:

- a) a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) declínio da inflação.
- c) convergência rural-urbana.
- d) redução no retorno à educação.
- e) programas sociais de transferências governamentais.

## 19) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 69

Ao longo da década de 2000, diversos indicadores sociais apresentaram significativa melhora no Brasil. Em relação às principais razões que contribuíram para esse processo de melhora, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

(V) Houve uma redução da diferença de renda *per capita* entre os países mais ricos e os mais pobres.

(V) A melhora das variáveis de mercado de trabalho, com o aumento real do salário mínimo e o aumento do emprego formal, contribuíram para a redução da desigualdade salarial.

(V) O maior acesso ao crédito ampliou o acesso a diversos bens, o que contribuiu para a formalização e, conseqüentemente, para a redução da desigualdade.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, V e F.
- e) F, F e F.

## 20) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 72

O Plano Real teve três fases de implementação: ajuste fiscal, desindexação e âncora nominal. Em relação à terceira fase de implementação do Plano Real, assinale a opção que indica uma de suas características.

- a) Lançou o Programa de Ação Imediata (PAI), como forma de combater a sonegação.
- b) Criou uma “*quase moeda*” para reduzir o período de reajuste dos preços.
- c) Lastreou a oferta monetária em reservas cambiais com o teto cambial fixado em um dólar para um real. **Afirmção absurda**
- d) Passou a calcular a URV com base na variação média de três índices de preços.
- e) Manteve a taxa de compulsórios pelo Banco Central junto ao sistema bancário.

## 21) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 75

No governo Dilma Roussef (2011-2014), foram implementadas diversas políticas com o objetivo de manter o processo de desenvolvimento do país. Em relação à eficácia e os efeitos de algumas dessas políticas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

(V) A desoneração da folha de pagamentos, iniciada em alguns setores da indústria, pode ter contribuído para a manutenção de uma baixa taxa de desemprego, mas gerou questionamentos sobre a real economia no pagamento de impostos, principalmente de setores intensivos em capital.

(F) Os estímulos dados pela política do Brasil Maior para a indústria provocaram efeitos positivos, elevando o emprego formal do setor.

(V) A contínua elevação de gastos públicos, atrelado à redução da arrecadação tributária, culminaram, em 2014, em um dos piores superávits primários da série histórica o que contribuiu para manter a taxa de inflação próxima do teto da meta.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V, F e V.

b) V, F e F.

c) F, V e F.

d) F, F e V.

e) F, F e F.